



## **ANEXO xx - MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO SOB DEMANDA N.º XX/2025**

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, órgão administrativo do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, inscrito no CNPJ sob n.º 93.802.833/0001-57, com sede nesta Capital, na Rua General Andrade Neves, n.º 106, Centro, CEP n.º 90.010-210, por seu representante legal, o Diretor-Geral, como CONTRATANTE, e XXX XXXXXXXXXXXX XX, inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede em XXXXX/XX, na XXX XXXXXXX XXXX, n.º XXX, bairro XXXXXXX XXXX, CEP n.º XX.XXX-XXX, telefone (XX) XXXX XXXX, e-mail: xxxxxxxxx@xxxxxxxx.xx.xx, por seu representante, xxxxxx (nome), xxxx (função), conforme xxxx (ato constitutivo da empresa ou procuração juntada aos autos), como CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO DE FONECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO SOB DEMANDA decorrente do Pregão Eletrônico n.º XX/2025, Procedimento nº 01236.000.161/20225, regendo-se pela Lei 14.133/2021, pelas Leis Estaduais n.º 13.706 /2011 e n.º 15.228/2018, pelos Provimentos PGJ/RS n.ºs 03, 05, 06, 07, 08 e 104/2023 e demais legislações aplicáveis, bem como pelo Termo de Referência e proposta apresentada pela CONTRATADA, os quais são parte integrante deste Instrumento, nos seguintes termos e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O objeto do presente contrato é o fornecimento de *switches* Cisco Catalyst com prestação de serviços técnicos especializados associados, incluindo instalação,



garantia estendida de hardware e software, consultoria e suporte presencial sob demanda, por 60 meses, em consonância com os termos do Anexo I do Edital, conforme descrição e quantidades abaixo especificados:

ITEM	DESCRIÇÃO	PART-NUMBER CHASSIS	UN	QTDE
1	Cisco Catalyst 9600 Series 6 Slot chassis com garantia estendida CX LEVEL1 24x7x4 por 60 meses.	C9606R	UN	02
2	Cisco Catalyst 9400 Series 7 slot chassis com garantia estendida CX LEVEL1 24x7x4 por 60 meses.	C9407R	UN	02
3	Cisco Catalyst 9300 48 port Data, 48x10G Multigigabit (10G/5G/2.5G/1G /100M) com garantia estendida CX LEVEL1 24x7x4 por 60 meses.	C9300X-48TX-A	UN	02
4	Cisco Catalyst 9300 24 port 25G/10G/1G SFP28 com garantia estendida CX LEVEL1 24x7x4 por 60 meses.	C9300X-24Y-A	UN	04
5	Serviço de Instalação		UN	01
6	Serviço de Consultoria e Suporte Presencial sob demanda		HORAS	400

1.2 O serviço de instalação (item 5) será por escopo, enquanto o serviço de consultoria e suporte presencial será contínuo (item 6), sob demanda.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

As especificações e características dos serviços/fornecimento, bem como os requisitos da contratação, encontram-se descritas nos itens 2 e 4 do Termo de Referência.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1 O valor total estimado do presente contrato é de R\$ XXX (XXXXXXXX), sendo:



a) item 1: Cisco Catalyst 9600 Series 6 Slot chassis com garantia estendida CX LEVEL1 24x7x4 por 60 meses, 2 unidades, no valor unitário de R\$ XXXX, totalizando R\$ XXXXXXXX;

b) item 2: Cisco Catalyst 9400 Series 7 slot chassis com garantia estendida CX LEVEL1 24x7x4 por 60 meses, 2 unidades, no valor unitário de R\$ XXXX, totalizando R\$ XXXXXXXX;

c) item 3: Cisco Catalyst 9300 48 port Data, 48x10G Multigigabit (10G/5G/2.5G /1G/100M) com garantia estendida CX LEVEL1 24x7x4 por 60 meses, 2 unidades, no valor unitário de R\$ XXXX, totalizando R\$ XXXXXXXX;

d) item 4: Cisco Catalyst 9300 24 port 25G/10G/1G SFP28 com garantia estendida CX LEVEL1 24x7x4 por 60 meses, 2 unidades, no valor unitário de R\$ XXXX, totalizando R\$ XXXXXXXX;

e) item 5: Serviço de Instalação, no valor de R\$ XXXX;

f) item 6: Serviço de Consultoria e Suporte Presencial sob demanda, 400 horas, no valor unitário de R\$ XXXX, totalizando o valor estimado de R\$ XXXXXXXX;

3.2 Os valores indicados para o item 6 (serviço de consultoria e suporte presencial sob demanda) são meramente estimativos, sendo o contrato regido e pago pelas ordens de serviço emitidas e pelo serviço prestado.

3.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive lucro, tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, ferramental,



frete, seguro, instalação, se for o caso, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

4.1 A contratação possui garantia, nos termos do artigo 96 da Lei n.º 14.133 /2021, no valor correspondente a 5 % (cinco) do valor contratual.

4.2 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato.

4.3. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

4.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.6 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo CONTRATANTE.

4.7 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:



a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA;  
e

c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

4.8 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica, com correção monetária.

4.9 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.10 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.11 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 1 (um) mês, contados da data em que for notificada.

4.12 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.



4.13 O emitente da garantia ofertada pelo contratado será notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

4.14 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.

4.15 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, após o cumprimento de todas as cláusulas do contrato.

4.16 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

4.17 A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO**

5.1 Será emitida ordem de serviço e enviada à CONTRATADA, após o início da vigência do contrato, para determinar o início do fornecimento dos equipamentos (hardware e software) com a garantia estendida (itens 1 a 4 do objeto), bem como para execução do serviço de instalação (item 5 do objeto).



5.2 Serão emitidas, ao longo da execução do contrato, Ordens de serviço, sob demanda, durante o prazo de vigência do contrato, mediante mensagens eletrônicas, para o Serviço de Consultoria e Suporte.

5.3 As rotinas de entrega e execução do objeto estão descritas nos itens 2.4.7, 2.4.8, 4.5, 6 e 8.2.1 do termo de referência.

5.4 Não serão aceitos serviços que não atendam fielmente às especificações técnicas.

5.4.1 Caso não estejam de acordo com o exigido, a CONTRATADA será notificada, conforme estabelecido nos itens 2.4.6, 2.4.7 e 2.4.8 e subitens do termo de referência, para refazer ou providenciar a solução dos problemas detectados, a contar da notificação do CONTRATANTE.

5.5 Os resultados da contratação serão aferidos com o recebimento do objeto, nos termos das especificações lançadas no Termo de Referência.

5.9 O objeto será recebido nos termos do disposto no item 8.2 do termo de referência e seus subitens:

5.9.1 Os equipamentos especificados nos itens 1 a 4 do objeto, as respectivas garantias estendidas CISCO CX LEVEL1 24x7x4 para *hardware* e *software* e o conjunto de itens acessórios (item 2.4.5 do termo de referência) deverão ser entregues completos em até 90 (noventa) dias corridos a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pelo CONTRATANTE, conforme disposto no item 4.5 do termo de referência.



5.9.1.2 O Recebimento Provisório será emitido em até 15 dias úteis após a data da entrega dos itens 1, 2, 3 e 4 do objeto e itens acessórios relacionados no item 2.4.5, para que seja possível a verificação de sua conformidade com as especificações do Edital de Licitação, conforme disposto no item 4.5.

5.9.1.3 Havendo desconformidade, a CONTRATADA terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos para providenciar a sua solução; a partir da solução, será aberta nova contagem de 15 dias corridos para a emissão do Recebimento Provisório, conforme disposto no item 4.5 do termo de referência.

5.9.1.4 O projeto de instalação, parte integrante do serviço de instalação (item 5 do objeto), deverá ser entregue em até 60 (sessenta) dias corridos a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pelo CONTRATANTE.

5.9.1.5 A implantação da solução, parte integrante do serviço de instalação (item 5 do objeto), deverá ser finalizada em até 30 (trinta) dias corridos após o Recebimento Provisório dos itens 1 a 4, conforme disposto no item 4.5 do termo de referência:

a) a operação assistida é parte integrante da implantação da solução, conforme disposto no item 4.5 do termo de referência;

b) o término da implantação da solução corresponde ao término da execução do Serviço de Instalação (item 5 do objeto), conforme disposto no item 4.5 do termo de referência;

c) o término da implantação deverá ser informado ao CONTRATANTE que, em até 5 (cinco) dias, realizará o Recebimento Provisório do item 5.





5.9.1.6 O Recebimento Definitivo dos itens 1 a 5 do objeto será emitido em até 7 (sete) dias úteis após o término do Serviço de Instalação (concluída a atividade de implantação), conforme disposto no item 4.5 do termo de referência, mediante verificação:

a) quando os equipamentos adquiridos e cabos relacionados no item 2.4.5 do termo de referência estiverem atuando em pleno funcionamento na rede de dados do CONTRATANTE, em conformidade com o Termo de Referência, conforme disposto no item 4.5 do termo de referência;

b) quando for comprovado, junto à página do fabricante CISCO, de que todos os equipamentos (itens 1 a 4 do objeto) e componentes estejam registrados para o período de vigência do contrato, conforme disposto no item 4.5 do termo de referência;

c) quando for comprovado, junto à página do fabricante CISCO, de que todos os equipamentos (para os itens 1 a 4 do objeto ) tenham a eles associados a garantia estendida CISCO CX LEVEL1 24x7x4 para o período de vigência deste contrato.

5.9.1.6.1 Havendo desconformidade, a CONTRATADA terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos para providenciar a sua solução; a partir da solução, será aberta nova contagem de 7 (sete) dias úteis para a emissão do Recebimento Definitivo, conforme disposto no item 4.5 do termo de referência.

5.9.1.7 O Serviço de Consultoria e Suporte Presencial sob demanda (item 6 do objeto) terá recebimento mensal, após apresentação do relatório discriminado dos atendimentos prestados no mês, conforme item 2.4.8.22 do termo de referência:



a) a apresentação do relatório de atendimentos no mês subsequente a execução dos serviços deverá conter todos os atendimentos concluídos no período, com a discriminação da quantidade de horas utilizadas;

b) em até 3 (três) dias úteis após o recebimento do relatório, após a devida conferência, a Fiscalização do CONTRATANTE irá emitir Termo de Recebimento Provisório;

c) em até 5 (cinco) dias úteis após o Recebimento Provisório e ateste do fiscal, será emitido o Recebimento Definitivo relativo aos atendimentos concluídos no período.

5.10 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório ou no Recebimento Definitivo.

5.11 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (art. 119 c/c art. 140 da Lei n.º 14.133/2021).

5.12 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste ajuste, no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.13 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.



5.14 O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

É vedada a subcontratação.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

7.1 A garantia contratual do serviço, complementar à estabelecida pela Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor - CDC), dar-se-á conforme disposto no item 2.4.6 e subitens do termo de referência.

7.62 No período de vigência da garantia, o CONTRATANTE não pode ter ônus, de nenhuma natureza, sendo de total responsabilidade da CONTRATADA qualquer despesa relativa à solução dos problemas verificados na prestação do serviço.

### **CLÁUSULA OITAVA – DO DOCUMENTO FISCAL E DO PAGAMENTO**

8.1 Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

8.1.1 Os documentos fiscais deverão ser encaminhados para o e-mail: nf-adi@mprs.mp.br, aos cuidados da Unidade de Apoio Administrativo – Informática, telefone: (51): 3295-8311.



8.1.1 As notas fiscais referentes aos itens 1 ao 4 deverão ser encaminhadas no ato da entrega dos bens, inclusive da garantia estendida CISCO CX LEVEL1 24x7x4, e serão pagas em até 15 (quinze) dias corridos após o seu Recebimento Definitivo pelo CONTRATANTE;

8.1.2A partir do Recebimento Definitivo, a CONTRATADA poderá encaminhar as notas fiscais relativas ao item 5, que serão pagas em até 15 (quinze) dias corridos após o seu recebimento pelo CONTRATANTE;

8.1.2.2 A nota fiscal referente ao item 6 deverá ser emitida após o Recebimento Definitivo dos atendimentos concluídos no mês constantes do relatório discriminado dos atendimentos e o pagamento se dará em até 15 (quinze) dias corridos após a protocolização da nota fiscal.

8.1.3. A data da emissão do documento fiscal deve ser posterior à Ordem expedida ou ao recebimento definitivo, se houver.

8.1.4 O documento fiscal deverá destacar os impostos objeto de retenção.

8.1.5 Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

8.2 Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.



8.3 Quando o documento fiscal for de estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul, independente da localização da sede ou filial da CONTRATADA.

8.5 O pagamento será efetuado por meio de depósito, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA e todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras serão por ela suportadas.

8.6 Sendo o caso de pagamento pro rata die, será adotado o mês comercial (30 dias).

8.7 Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

8.8 Haverá, se for o caso, a retenção de tributos na forma da legislação em vigor.

8.9 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, podendo o CONTRATANTE reter do valor da fatura a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

8.10 O CONTRATANTE poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

## **CLÁUSULA NONA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**



O valor do presente contrato não pago na data prevista neste ajuste deverá ser atualizado monetariamente entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo a variação *pro rata die* do IPCA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO**

10.1 Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, observado o interregno mínimo de um ano do orçamento estimado, datado de xx/xx/xxxx.

10.1.1 Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104 /2023-PGJ, a data da validação do Mapa de Preços pela área solicitante, ainda na fase preparatória, ou pelo agente de contratação, na fase de seleção do fornecedor.

10.2 O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.5 O reajuste, ou sua negociação, serão processados por apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**



11.1 Constitui direito do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas; e da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

11.2 Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) acompanhar e exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

b) receber o objeto e efetuar o pagamento ajustado, nas condições e nos prazos estabelecidos, desde que devidamente cumpridas as obrigações da CONTRATADA;

b) fornecer à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

c) fiscalizar a execução do presente contrato;

d) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto, bem como a providência e o prazo para a reparação;

e) abrir procedimento de penalidade para apurar eventuais irregularidades;

f) emitir manifestação e/ou decisão acerca de todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, no prazo de 1 (um) mês, podendo ser justificada sua prorrogação por igual período, inclusive no que se refere a pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, protelatórios ou contrários à boa execução do contrato

11.3 Constituem obrigações da CONTRATADA:



a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;

b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;

c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;

d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;

f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;

h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e email, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;





i) manter preposto aceito pela Administração;

j) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

k) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

l) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

m) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

n) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;



o) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017);

p) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, a condição de qualificação exigida na licitação quanto a ser parceiro do tipo Gold ou Global Gold Partner Cisco, certificado em ADVANCED ENTERPRISE NETWORKS ARCHITECTURE SPECIALIZATION;

q) manter, durante toda a vigência do contrato, no mínimo 02 (dois) técnicos certificados pelo fabricante em routing e switching e 1 (um) técnico certificado pelo fabricante em segurança para este tipo de produto e solução;

r) utilizar, para a prestação de garantia estendida, o produto "Customer Experience Success Track Level 1" CX LEVEL1 24x7x4, junto ao fabricante CISCO, para todos os itens de hardware e software em aquisição (identificados nos itens 1 a 4 do objeto);

s) entregar projeto de instalação dos produtos em aquisição, elaborado em conjunto com a área técnica do CONTRATANTE, que procederá à sua aprovação, em até 60 (sessenta) dias corridos após a data da emissão da Ordem de Fornecimento dos equipamentos;



t) realizar transferência de conhecimento, de forma presencial, sem ônus para o CONTRATANTE, acerca da solução implantada, para toda a equipe de TI envolvida na administração e operação da infraestrutura, em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação do projeto de instalação;

u) apresentar documentação contendo todos os detalhes e procedimentos realizados durante a instalação, configuração física e lógica e implantação dos produtos na rede de dados do CONTRATANTE, no prazo máximo de 07 dias corridos após o Recebimento Definitivo;

v) apresentar outros relatórios que venham a ser solicitados durante o processo de instalação dos produtos em aquisição;

x) apresentar relatórios necessários para pagamento de serviços executados junto com a apresentação da Nota Fiscal.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 124 da Lei 14.133 /2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, mediante a devida motivação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

13.1 O presente contrato entrará em vigor no dia útil seguinte ao da disponibilização do extrato resumido no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e perdurará pelo período de 60 (sessenta) meses.

13.2 O prazo previsto nesta cláusula poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, apenas para o item 6 do objeto, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133 /2021.



## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES**

14.1 Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o CONTRATANTE poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva em desfavor da CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

14.2 A CONTRATADA, garantida a ampla defesa, ficará sujeita à multa moratória:

a) para chamados urgentes referentes à conclusão de serviços associados à garantia estendida CISCO CX LEVEL1 24x7x4: 0,5% sobre o total contratado para o item afetado, por hora de atraso, no máximo de 20 (vinte) horas;

b) para chamados normais referentes à conclusão de serviços associados à garantia estendida CISCO CX LEVEL1 24x7x4: 0,4% sobre o total contratado para o item afetado, por dias de atraso, no máximo de 10 (dez) dias;

c) para chamados urgentes referentes à conclusão dos Serviços de Consultoria e Suporte Presencial sob demanda (item 6): 0,5% sobre o total contratado para o item, por hora de atraso, no máximo de 20 (vinte) horas;

d) para chamados normais referentes à conclusão dos Serviços de Consultoria e Suporte Presencial sob demanda (item 6): 0,5% sobre o total contratado para o item, por dia de atraso, no máximo de 20 (vinte) dias;

e) para os demais itens (como entrega e instalação), de 0,5% sobre o total contratado para o item, por dia de atraso, limitado a 20 dias;



14.2.1 Caso o item seja entregue parcialmente, impedindo o Recebimento Provisório previsto no item 8.2.2 do termo de referência, ele será considerado como em atraso até ser validada sua conformidade.

14.2.2 Havendo entrega parcial, o valor da multa será aplicado de forma proporcional sobre o saldo restante.

14.3 O descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas neste contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, nos termos dos art. 155 e 156 da Lei 14.133/2021, garantida a ampla defesa:

a) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE;

b) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais;

c) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.4 A multa compensatória dobrará em caso de reincidência, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.



14.5 As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, limitado a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida a ampla defesa e o contraditório.

14.6 A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao CONTRATANTE.

14.7 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA, cautelar ou definitivamente, antes do encaminhamento à cobrança judicial.

14.8 O procedimento de penalização realizar-se-á em procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA e seguirá o rito, prazos e disposições da Lei 14.133/2021, Título IV, Capítulo I, bem como do Provimento nº 104/2023-PGJ.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

O objeto do presente contrato não envolve tratamento de dados pessoais de que trata a Lei 13.709/2018 pela CONTRATADA em nome do Ministério Público /controlador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO**

16.1 A extinção do presente contrato poderá se dar por ato unilateral ou consensual, nos termos do artigo 138, incisos I e II, da Lei n.º 14.133/2021.



16.2 A extinção determinada por ato unilateral do CONTRATANTE e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada e reduzidas a termo no respectivo processo.

16.3 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS VEDAÇÕES**

É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob a alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1 A CONTRATADA declara, expressamente, que tem pleno conhecimento do objeto deste contrato, bem como do seu regime de fornecimento.

18.2 Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades, nem implicará aceitação definitiva do objeto.

18.3 Qualquer tolerância do CONTRATANTE, quanto a eventuais infrações contratuais, não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

18.4 Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas, por meio de correspondência eletrônica e, se restar



infrutífera, por ofício entregue na sede da CONTRATADA ou, subsidiariamente, por meio de publicação da notificação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul para todos os fins contratuais e legais.

18.5 Os dias e prazos previstos no presente contrato somente se iniciam ou se vencem em dias de expediente no órgão.

18.6 Considerando a necessidade de publicidade e transparência dos atos praticados pela Administração Pública, bem como, de outra parte, as restrições impostas pela Lei Geral de Proteção de dados, o Ministério Público somente exige para a formalização e execução da contratação os documentos e dados minimamente necessários.

18.7 Todos os dados e documentos apresentados e/ou exigidos para a contratação serão disponibilizados integralmente para consulta no site do Ministério Público e, em alguns casos, em Portais Públicos.

18.8 A apresentação de documentos fora daqueles exigidos são de responsabilidade da própria CONTRATADA, porquanto entregues por sua exclusiva liberalidade.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

19.1 A designação do gestor, fiscal e seus substitutos será determinada por meio de termo a ser publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

19.2 As providências e atribuições dos agentes designados seguirão as diretrizes do Provimento nº 05/2023-PGJ.





19.3 Além das atribuições constantes do Provimento 05/2023 - PGJ, o gestor do contrato verificará ao longo da vigência do ajuste, periodicamente (no mínimo anualmente), e sempre que entender necessário, a manutenção das condições de habilitação técnica, fiscal, social e trabalhista, bem como CADIN/RS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários), CFIL/RS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários) e CEIS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários).

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas correrão por conta do Órgão 09.79/09.01, Recurso 0110, Projeto 9024, NAD 4.4.90.52/3.3.90.35, Rubrica 5244/3502.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor - CDC) e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, neste Estado, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente eletronicamente.